



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio
Cultural
ISSN: 1695-7121
info@pasosonline.org
Universidad de La Laguna
España

Guerreiro Marcon, Elza Maria

O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas "Ruínas Jesuíticas de
São Miguel das Missões"

PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 5, núm. 3, septiembre, 2007, pp. 343-352
Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88150306>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”¹

Elza Maria Guerreiro Marcon^I

Universidade de Passo Fundo (Brasil)

Resumo: O aumento da atividade turística tem suscitado uma nova reflexão sobre o processo de desenvolvimento local e regional que o turismo produz, mediante sua capacidade de gerar renda e divisas para as regiões. Baseado no pressuposto de que o turismo cultural é um agente de desenvolvimento, este artigo aborda a trajetória de 1988 a 2003 da comunidade Guarani Mbya que reside no município de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, município que possui como atrativo turístico às “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões” e procura identificar os benefícios que a mesma possa ter tido em decorrência da atividade turística local. Foi constatado que os Guarani consideram a posse das terras e a permanência na reserva do Inhacapetum como uma forma de desenvolvimento no período analisado e a atividade turística teve, como um efeito indireto, a posse das terras. Embora o discurso dos planos de turismo do estado do Rio Grande do Sul enfatize os resultados sociais isto não se confirmou, pois foram pessoas do município as principais responsáveis pelos benefícios alcançados pela comunidade Guarani.

Palavras-chave: Turismo cultural; Desenvolvimento local; Índios Guarani; Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões.

Abstract: The expansion of the touristic activity has given place a new reflection about the process of local and regional development that tourism produces, for it has capacity of increasing profit in the regions where it occurs. Taking into account that the cultural tourism is an agent of development, this article deals with the trajectory of the Guarani Mbya community from 1988 to 2003 in the county of São Miguel das Missões, in the state of Rio Grande do Sul, where the touristic attraction is the “Jesuitic Ruins of Saint Michael of the Missions”. The article tries to identify the benefits which the community has had, due to the local touristic activity. It was confirmed that the Guarani, as a result of this activity, are now the owners of the land and that their permanence in the Inhacapetum reserve is a way of showing the development factor in this analyzed period of time and the role that touristic activity has had in their lives. Even though the State of Rio Grande do Sul has claimed it is the responsible for all this accomplishment, this isn't confirmed. Citizens related to the local government where the indian settlement is located, are main responsables for the benefits reached by the Guarani community.

Keywords: Cultural tourism; Local development; Guarani Indians; “Jesuitic Ruins of Saint Michael of the Missions”.

¹ • Elza Maria Guerreiro Marcon. Professora da Universidade de Passo Fundo. Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. E-mail: elzatur@yahoo.com.br

Introdução

O turismo é uma atividade social, cultural e econômica, capaz de gerar renda e divisas para as regiões que possuem atrativos turísticos.

Ao se pensar em turismo, consequentemente, há a necessidade de uma reflexão sobre os processos de desenvolvimento que a atividade produz sobre esses locais, visto que o ser humano é parte integrante e indissociável do meio ambiente natural e cultural no qual está inserido. Relacionar turismo com desenvolvimento implica analisar mais do que o simples crescimento econômico, pois envolve o deslocamento de pessoas para lugares onde, normalmente moram pessoas e as mais variadas relações interpessoais decorrentes desses deslocamentos.

Partindo desses pressupostos o artigo busca responder ao questionamento de se o turismo cultural realizado junto às "Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões" vem sendo um agente de desenvolvimento social para a comunidade Guarani.

Desenvolvimento local e regional e a relação com o turismo

É dentro do contexto atual, marcado pela globalização da produção e das trocas e pela expansão das atividades de serviços, que as cidades convertem-se no espaço preferencial de desenvolvimento, visto que é nelas que são tomadas decisões de investimentos e de localização da indústria e dos serviços. O potencial de desenvolvimento é que lhe dará condições de responder aos desafios impostos pelo aumento da competitividade, vinculando os processos de ajuste produtivo organizacional à utilização de recursos próprios, à difusão das inovações e ao fortalecimento das relações com outras cidades, tornando-se necessário respostas estratégicas através de iniciativas locais, capazes de estimular o desenvolvimento endógeno (Barquero, 2001).

O desenvolvimento endógeno pode ser visto como "um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar o seu potencial de desenvolvimento, que leva à melhoria do nível de vida da população" (Barquero, *op. cit.*: 41).

Pode-se dizer que uma política de desenvolvimento local está associada a uma

dinâmica "de baixo para cima", na qual os atores locais desempenham um papel central na sua definição, execução e controle.

Cavaco (2001) afirma que o que importa no crescimento econômico, identificado como a produção e as riquezas, é o desenvolvimento no seu âmbito social, econômico e territorial, envolvendo processos de mudanças estruturais, redistribuindo equilibradamente as riquezas locais, melhorando rendimentos, condições de vida e expectativas, principalmente daqueles grupos sociais menos favorecidos.

Portanto, nesse enfoque, a atividade turística pode ajudar a reduzir desigualdades regionais, como motor de desenvolvimento e de valorização territorial, através da entrada de recursos financeiros que trarão benefícios a todos os envolvidos no setor.

Muitos lugares acabam tendo no turismo uma possibilidade de alternativa para o seu crescimento, pois a atividade pode dar início ao processo de desenvolvimento local. É provável que se uma localidade tiver atratividade para uma demanda externa se procure atender a essa procura, investindo-se no potencial natural e cultural de uma determinada área através de ações em parceria do poder público e do setor privado para que se possa aproveitar ao máximo suas vantagens competitivas (Beni, 2002).

O turismo, por ser um sistema aberto e complexo, pode ser classificado em diversas modalidades que visam atender os mais variados desejos e necessidades da demanda turística. Realiza trocas com o ambiente que o circunda, sendo, por extensão, interdependente e não auto-suficiente. Seu crescimento ocorre em função de diversas variáveis, mantendo-se num processo contínuo de relações de conflito e colaboração com o meio circundante (Beni, *op. cit.*).

As melhorias alcançadas para as comunidades locais em função da acumulação que o turismo provoca são percebidas como estratégia na geração de emprego e renda, mas para que isto aconteça é necessário que a própria comunidade possa refletir e definir o tipo de turismo que deseja e como viabilizá-lo, transformando-se em agente principal do desenvolvimento.

Como salientou Krippendorf (2001: 136), tendo como fim um humanismo maior:

O turismo só terá futuro se caminhar na direção de um humanismo maior. O importante é reconhecer que o turismo deve servir ao homem, e não o contrário. Qualquer evolução, inclusive a do turismo, deve inclinar-se para o desenvolvimento do ser humano, e não dos bens materiais. O desabrochar humano deve ser prioridade absoluta. É preciso voltar ao ser humano, às virtudes humanas, às atitudes sociais e a ética frente à vida.

Esse humanismo que foi visto como necessário para a evolução só é conseguido com a promoção do desenvolvimento local, através do incentivo à criatividade da população, de sua cultura, da valorização do seu patrimônio, e do seu território, na configuração de estratégias que respeitem e preservem a natureza e a cultura, mas sempre baseado na escala humana.

Turismo cultural

Para fins deste estudo, destaca-se, dentre os mais variados segmentos desta atividade, o turismo cultural. Barreto (2003, p.19) conceitua turismo cultural como “todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”.

O turismo cultural possui uma ligação com o patrimônio existente em áreas que desenvolvem a atividade turística. Ballart (1997, p.17) afirma que a noção de patrimônio surge “quando um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus, um objeto ou um conjunto de objetos”. A idéia de posse presente nessa afirmativa sugere que se está na presença de algo de valor, um legado material do passado, que desperta sentimento de pertencimento.

Meléndez (2001) afirma que em sentido mais amplo considera-se como patrimônio algo mais do que o tangível: as expressões intangíveis onde as comunidades podem se projetar através da forma como vivem, do que constroem e do que preservam de seus costumes são também consideradas.

A identidade dos povos e a diversidade cultural são elementos básicos do turismo cultural, pois a motivação central do visitante estaria relacionada com a busca do

conhecimento, envolvendo a satisfação de suas curiosidades em relação ao modo de ser de outros indivíduos.

A expressão turismo cultural encerra carga muito densa de elementos diferenciais – o que pode perceber pelo próprio designativo de seus componentes: turismo, significando, em última análise, a busca de diferenças; e cultura, representando o código mais profundo que revela o modo de ser de uma dada sociedade. (Irving; Azevedo, 2002: 151).

Na atualidade, observa-se uma mudança de mentalidade entre os organismos responsáveis pela gestão dos bens patrimoniais, que perceberam suas potencialidades e colocaram o patrimônio a serviço da comunidade. Esta, por sua vez se incorpora a todas as fases do processo, afiançando um novo conceito para patrimônio, que possibilite o crescimento dos povos, desde a sua auto-estima até a confiança em seus valores tradicionais (Meléndez, *op.cit.*).

Nesse sentido, o turismo cultural ao ter o patrimônio como componente essencial visa que o visitante descubra sítios, monumentos e fazeres humanos, visto que as pessoas procurariam conhecer a si mesmas e ao mundo que as rodeia, de uma forma agradável e prazerosa. Quando se pensa nos fazeres humanos, pensa-se numa série de elementos relacionados aos hábitos, valores, formas de pensar e juízos que se tem sobre o mundo, ou seja, pensa-se na cultura das pessoas.

Segundo Bosi (1992: 11), cultura é “o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de consciência social”.

Garcia Canclini (1983: 12) afirma que hoje a cultura popular requer uma estratégia de investigação que seja capaz de abranger tanto a produção quanto a circulação e o consumo, pois para ele o enfoque mais produtivo é aquele que entende a cultura como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, pelo qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe. Para isso, faz um enfoque articulado dentro do capitalismo e da integração das classes populares ao desenvolvimento capitalista que desestrutura as culturas étnicas, nacionais e de classe, reorganizando-as num

sistema unificado de produção simbólica.

Em sua análise, Garcia Canclini conclui que o futuro das culturas populares dependerá do conjunto da sociedade, pois é necessário participação, crítica e organização, redefinindo a produção e o modo de relação com mercado e consumidores. Salienta, também, a necessidade de um novo público, um novo turismo, um outro modo de exercer o gosto e de se pensar cultura. Para ele, processos culturais não devem se encontrar fechados nas vitrines de arte, devem ser recolocados nos fatos e mensagens, por meio dos quais aprende-se a pensar e a sentir. Porém, isso só será possível quando as sociedades não se basearem na exploração mercantil dos homens e de suas obras.

Existem duas categorias de profissionais em que a cultura integra-se como instrumento ou insumo da atividade profissional: os produtores culturais e os planejadores da área do turismo, que têm na cultura um componente essencial para o seu objeto de trabalho (Gastal, 2001).

O elemento cultural, representado pelos produtos e manifestações concretas tanto eruditas como populares, possui grande importância para a atividade turística, pois é através das mesmas que visitantes e comunidade receptora poderão constituir suas trocas culturais, sendo, então, a cultura um veículo de socialização entre os mesmos.

São Miguel das Missões: o local de observação e os índios Guarani Mbya

Foi a partir de meados do século XX que os estudos etnográficos permitiram um maior conhecimento sobre as especificidades lingüísticas, religiosas, políticas e sobre a cultura material do grupo étnico Guarani, definindo as bases para a classificação ainda vigente dos subgrupos. Recentemente, a localização dos grupos e centros de origem e dispersão são critérios considerados nas classificações e subdivisões desse grupo indígena.

A população Guarani no Brasil é estimada em torno de 34.000 pessoas, entre os Kaiowa (18.000 a 20.000), Ñandeva (8.000 a 10.000) e Mbya (5.000 a 6.000). Atualmente, seriam as agências de saúde que atuam nas aldeias as fontes mais seguras (Verbetes Guarani, 2005).

O território ou mundo Guarani Mbya, enquanto espaço cartográfico e geográfico, é fragmentado e compartilhado por diferentes sociedades e grupos sociais. Em contraposição, as aldeias ou *tekoas* (lugar onde vivem segundo seus costumes e leis) não podem abrigar outros grupos humanos. O espaço físico de um *tekoá* deve conter recursos naturais preservados e permitir a privacidade da comunidade. Entretanto, a fragmentação atual das aldeias, definidas por limites artificiais em função do reconhecimento público e oficial de outras ocupações (fazendas, loteamentos, estradas, projetos de abastecimento, entre outras), inviabiliza-as enquanto espaço que garanta a subsistência da própria comunidade. Apesar disso, verifica-se, nas diversas aldeias, um modo peculiar de apreensão, construção e organização do espaço, desenvolvido através do exercício social, político, religioso e do manejo de espécies tradicionais (Verbetes Guarani, *op. cit.*).

Os índios Guarani Mbya do litoral procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, na qual, simbólica ou praticamente, condicionam sua sobrevivência. Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbya, apresentam, através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas (como o exemplo de São Miguel das Missões), indícios que confirmam essa tradição. Formar aldeias nesses lugares 'eleitos' significa estar mais perto do mundo celestial, pois, para muitos, é a partir desses locais que o acesso a *yvy maraey*, 'terra sem mal', - o objetivo histórico perpetuado pelos Mbya através de seus mitos - é facilitado (Verbetes Guarani, *op. cit.*)².

Para os Guarani, a agricultura é a atividade estruturante da vida comunitária. Pode-se dizer que, para os Mbya, o significado da agricultura encontra-se na sua própria possibilidade de realização e no que isso implica: organização interna, reciprocidade, intercâmbios de sementes e espécies, experimentos, rituais, renovação dos ciclos. Desse modo, a agricultura faz parte de um sistema mais amplo, que envolve aspectos da organização social e princípios éticos e simbólicos fundamentados antes na dinâ-

mica temporal de renovação dos ciclos, do que na quantidade e disponibilidade de alimento para consumo. Pode-se dizer que os Mbya não vivem da agricultura, porém não vivem sem ela. Os Guarani possuem cultivos tradicionais (variedades de milho e outros grãos, tubérculos etc.) que impõem cuidados maiores na observação das regras e dos períodos de plantio e colheita porque, ao contrário dos outros cultivos, interagem com as demais esferas da vida e sua reprodução é condicionante para a realização dos rituais, sobretudo do *nheemongarai*. Essa cerimônia está relacionada ao cultivo tradicional de plantas que não se misturam às espécies alheias e caracteriza-se pela bênção das plantas após sua colheita, atribuindo nomes às crianças nascidas no período (Verbetes Guarani, *op. cit.*).

O artesanato é uma atividade que foi incorporada pelos Guarani e implica em várias etapas de trabalho. O produto é um bem que pertence à família em todos os seus aspectos (criação, valor etc.), sendo de sua responsabilidade todo o processo de realização – coleta e corte de matéria prima na época certa (observando o calendário lunar), qualidade do material (natural e artificial) e da confecção, guarda, preço e venda. As tarefas, da produção à venda, são distribuídas entre os membros da família, segundo critérios de idade, sexo e aptidão. Essa atividade também se insere na dinâmica de intercâmbios (matéria prima e peças) entre famílias. Até o momento, os Guarani mantêm a autonomia e o controle da mesma, o que garantiu a inserção e incorporação do artesanato no conjunto de suas práticas tradicionais. Todavia, os artefatos de uso (doméstico, ritual, corporal) não se confundem com os produzidos para a venda. De um modo geral, os Guarani Mbya poucas vezes trabalham fora da comunidade e quando o fazem é sempre de forma temporária. Sendo assim, o comércio do artesanato é ainda a principal fonte de renda. Nos últimos anos, alguns jovens vêm sendo contratados pelo Governo do Estado para desempenharem tarefas como agentes sanitários e de saúde e professores indígenas (Verbetes Guarani, *op. cit.*).

Em São Miguel das Missões os índios Guarani Mbya vendem diariamente seus produtos artesanais junto ao Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, existindo

uma comunidade indígena de aproximadamente cento e setenta e dois índios Guarani, residentes na Reserva Inhacapetum, distante cerca de 28 quilômetros do local.

Desenvolvimento turístico e as repercussões na comunidade Guarani

Para fins deste artigo foram levantados dados visando traçar um paralelo entre o antes e o agora dos índios Guarani na atualidade, no município de São Miguel e o desenvolvimento alcançado no período analisado relacionado com o turismo cultural promovido no local.

Ficou registrado, conforme notícia veiculada no Jornal Correio do Povo, do dia 09 de setembro de 1996, que o Procurador da República sediado em Santo Ângelo e um técnico da FUNAI em Passo Fundo, visitaram um grupo de índios Guarani, duas famílias, moradoras de São Miguel das Missões. Naquele ano, os índios moravam em 2,8 hectares de terras pertencentes à prefeitura, local considerado de passagem, onde o Guarani José Acosta já residia há dois anos. Ficou comprovado que eram moradores daquele espaço 32 Guarani e que a sua sobrevivência dependia da venda do artesanato para os turistas e de donativos da população, assim como alimentos e remédios doados pela Prefeitura local.

Logo após esta visita, o engenheiro do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) encaminhou ofício ao procurador com informações sobre os índios Guarani. Segundo o ofício no período compreendido entre o final do ano de 1994 e início de 1995, um grupo com cerca de 16 índios Guarani foi interceptado pela Brigada Militar, dentro de duas Kombi e os mesmos seriam deixados junto à estrada vicinal que liga a BR 285 com a sede do município de São Miguel das Missões. Nessa ocasião, a Prefeitura Municipal solicitou autorização ao IPHAN, 12º SRII, para que os mesmos pudessem montar acampamento na área próxima a fonte missionária. Após conseguir a autorização, a prefeitura forneceu lonas pretas para confeccionar as barracas e alimentação necessária. O grupo permaneceu durante 20 dias na cidade e nesse período produziu artesanato, comercializando-o para os turistas e, depois, conforme sua cultura nômade, partiu.

Após esse primeiro acampamento na área, diversos outros grupos de Guarani passaram a freqüentar o local. Grupos estes que variavam de tamanho, podendo totalizar até quarenta pessoas. No ano de 1995, uma família foi para São Miguel com a intenção de lá permanecer. O Sr. Jose Acosta, artesão, confeccionava entalhes de animais em madeira e sua esposa Paula da Silva, cestos em taquara e gaiimbé, comercializando-os junto ao Museu das Missões, nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel”.

A autorização para essa comercialização foi concedida pelo Museu das Missões por reconhecer que os Guarani não possuíam o mínimo necessário para sobrevivência de sua cultura, embora fossem os construtores do local, que foi considerado pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade.

Ainda, segundo o ofício, a família que decidiu permanecer em São Miguel passou a receber auxílio do IPHAN, da Prefeitura local e dos proprietários de terras da região, que doaram materiais necessários para a construção da *Opy* (casa de rezas), lenha e gaiimbé para confecção de cestos comercializados para os turistas. Conseguiram, também, doações de sementes e tiveram a área próxima onde estavam acampados lavrada para plantio de milho e mandioca. A prefeitura providenciou a instalação de água tratada e o IPHAN autorizou a utilização de parte da antiga quinta jesuítico-guarani para plantação de mandioca e milho para subsistência. A comunidade de São Miguel recebeu razoavelmente bem a presença dos Guarani.

O documento encaminhado ao procurador relatava as dificuldades encontradas, a inexistência de auxílio da FUNAI pela falta de recursos técnicos, materiais e econômicas para exercer sua função junto àquela comunidade indígena e demonstrava a preocupação pela falta de auxílio sistemático. Essas carências eram entendidas apenas como uma forma de sobrevivência física e não cultural, pois estavam sujeitos a uma situação de mendicância inaceitável frente aos documentos históricos de que muito antes dos “brancos”³ e de qualquer procedência étnica, os índios Guarani eram os efetivos donos da terra. Entendiam que o auxílio deveria vir e devolver a dignidade e o respeito a uma parcela indígena que

também era parte da identidade nacional brasileira.

Naquele ano, 1997, iria ocorrer um concerto nas Ruínas Jesuíticas de São Miguel com o tenor espanhol José Carreras, promovido pela Rede Globo de Televisão, espetáculo que foi transmitido em rede nacional no final do ano. Esse fato fez com que com que a mídia procurasse informações sobre aquelas pessoas que residiam, tão precariamente, tão próximas do local. Constava na Gazeta Mercantil de Porto Alegre, de 28 de novembro de 1997, que dez índios Guarani, descendentes dos habitantes originais dos Sete Povos das Missões, assistiriam o espetáculo musical como convidados especiais, ao lado das autoridades. A matéria intitulava-se “Como 33 condenados” e ocupava quase uma página, levantando a questão da posse das terras. O cacique Floriano dava seu depoimento dizendo: “sem terra, Guarani não existe” (Gazeta Mercantil, 1997: 2).

No ano de 1998, a Dra. Ruth Cardoso, antropóloga e primeira dama do país, lançava, na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, o Programa Piloto Universidade Solidária Regionalizado. Logo após, a Dra. Ruth seguiu para São Miguel, onde visitou o Sítio Arqueológico São Miguel Arcanjo e, no momento em que estava no Museu, foi abordada por um índio Guarani que solicitou um “troquinho”. Esse fato foi divulgado no Jornal Zero Hora, em 2 de setembro de 1998 e teve grande repercussão, levando a outros fatos.

No ano de 1999, foi criado o Projeto Tekoha, valorização dos remanescentes missioneiros, natureza e cultura em São Miguel das Missões, uma iniciativa da ONG Tekoha e da Prefeitura Municipal, tendo o apoio do IPHAN. O projeto salientava a valorização do patrimônio missionário como ação oficial surgiu nos anos vinte, com obras executadas pelo Governo do Estado em São Miguel.

Ficou registrado no Projeto que a derrubada das florestas para dar lugar à pecuária e à agricultura foi acelerada no século XX, principalmente na década de 60, com a mecanização rural e a introdução de agrotóxicos. Criou-se um modelo de desenvolvimento que provocou pólos de pobreza e marginalização, concentração da terra e dos

meios produtivos, aumentando ainda mais a desigualdade na distribuição de renda na região, repercutindo diretamente nas florestas nativas remanescentes.

O projeto também registrou que os descendentes de índios Guarani produziam esculturas em madeira, inspiradas principalmente na fauna da região e que utilizavam as madeiras de salso e guajuvira para a confecção de cestaria, trabalhando com diversas espécies de bambu, bastante comuns no sub-bosque, além das raízes de guaimbé, espécie característica das florestas da região que geralmente está associada ao alecrim. Salientava que o grupo Mbyá-Guarani sobrevivia graças à boa vontade de alguns voluntários e à sensibilidade de pessoas que permitiam que os mesmos coletassem a matéria-prima necessária para a expressão de sua cultura através do artesanato e de utilitários. Também que o conhecimento milenar dos índios desse grupo estava sendo gradativamente perdido, sem que se tivesse sido sequer estudado, sistematizado e apreendido.

O Projeto Tekoha buscava, através da aquisição e da proteção de áreas florestais nativas, permitir a preservação de fragmentos únicos de um tipo florestal ainda não contemplado em Unidades de Conservação no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que possibilitaria a manutenção e a expressão da cultura Mbyá-Guarani. A proposta abrangia três projetos para o município: a implantação do Parque Fonte Missionária; o Parque da Floresta Missionário e o Parque Indígena Inhacapetum.

O projeto identificava área de terras para criação do Parque do Indígena do Inhacapetum, num total de 230 hectares, próxima a rio do mesmo nome, onde os Guarani teriam condições de moradia, pesca, criação de animais, plantio e confecção de artesanato. Conforme o projeto, havia interesse do proprietário na venda das terras para assentamento dos índios, pois ao longo dos anos foi justamente esse senhor que forneceu lenha e árvores para confecção do artesanato Guarani.

Em 02 de agosto de 1999, o Jornal Zero Hora divulgou matéria sobre a visita do então governador do Estado, Sr. Olívio Dutra, que esteve passando um final de semana em São Miguel, comemorando os 60

anos de casamento de seus pais, visitando à comunidade indígena, que totalizava quarenta e três Guarani. Consta na referida matéria que Floriano Romeu, cacique, aproveitou a visita para entregar ao governador o projeto de reassentamento e que em conversa com o Sr. Luis Cláudio Silva, que era um dos mentores do Projeto Tekoha, o governador foi informado sobre a existência de terras que poderiam ser adquiridas.

Em novembro de 2000 o professor Dr. José Otávio Catafesto de Souza, da UFRGS e a professora MSc. Valéria S. de Assis, também da UFRGS, fizeram um levantamento técnico antropológico preliminar sobre as terras próximas ao Rio Inhacapetum, em São Miguel das Missões. O local foi vistoriado e estava em processo de desapropriação pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, destinado ao assentamento de famílias indígenas Guarani Mbyá. O laudo antropológico concluiu que essa área possuía características geográficas e naturais capazes de propiciar o bem-estar cultural e a reprodução física e cultural dos Mbyá, justificando, assim, sua transformação em reserva indígena, conforme definia o estatuto em vigor. No dia 03 de julho de 2001, o Governador Olívio Dutra assina o ato de compra das terras do Rio Inhacapetum para assentamento dos índios Guarani residentes em São Miguel.

O discurso Guarani: o ontem e o hoje relacionados

Para constatar a forma de viver dos Guarani na atualidade foram feitas visitas técnicas à reserva do Inhacapetum, visando fazer constatações sobre o atual modo de vida dos Guarani, conforme permissão obtida com o atual cacique Nicanor Benites. Nessas visitas, foram feitas entrevistas com os líderes da Aldeia e também um vídeo.

Nicanor Benites, atual cacique, contou brevemente sua história de vida, relacionando-a diretamente com a questão das terras do Inhacapetum, salientando a questão de ser Guarani e não ter um local para permanecer, assim como a falta de assistência para os povos indígenas na Argentina e a luta de cinco anos para conseguirem a área do Inhacapetum, em São Miguel, que, segundo ele, era o que a co-

munidade queria. Vale lembrar que os Guarani realizam migrações temporárias pelo território missionário de antes da constituição dos Estados Nacionais. O cacique cita a história dos antepassados Guarani no local e diz que gosta muito da região missionária, relembrando algumas dificuldades por que passaram para fazer o artesanato, que é sua principal fonte de renda.

Ele relata a importância de possuírem hoje um espaço para permanecer, deixando claro que a vontade da comunidade era permanecer no município, por percebê-lo como um local propício para o modo de viver dos Guarani. Também demonstra que a permanência nas terras do Inhacapetum está diretamente ligada à renda, que é conseguida através da venda de artesanato para os turistas que buscam o turismo cultural desenvolvido em São Miguel das Missões e pelos recursos naturais oferecidos no Inhacapetum para confecção do artesanato. O local é considerado "maravilhoso". Isso se deve a depois de tantas idas e vindas pelo território argentino e brasileiro terem finalmente conquistado um espaço que é da comunidade Guarani.

Floriano Romero, antigo cacique da aldeia, também reafirmou a importância das terras em sua história de vida, demonstrando um sentimento de pertencimento ao país, embora tenha passado grande parte de sua vida na Argentina, salientando que sempre pensou em voltar para o Brasil. Relembra o desconforto da vida no acampamento e afirma que sempre desejou melhorar a sua qualidade de vida, referindo-se à questão da reserva como um fator determinante para que isso ocorresse. Deixa explícito que percebe que "brancos" não conseguem entender o quanto é difícil à situação dos Guarani.

O fato de perceber que "brancos" não conseguem entender o quanto é difícil a situação dos Guarani pode estar relacionado ao conceito que possuem de território, pois retornando a revisão bibliográfica, percebe-se que, para os Guarani, a configuração do território é feita através das dinâmicas sociais, econômicas políticas e de movimentos migratórios, sendo que reservas ou tekohas caracterizam-se por serem lugares que não podem abrigar outros grupos humanos e que permitem condições de se exercer o modo de viver Guarani.

A ligação percebida aqui em ambas as declarações é que a luta pela permanência nas terras do Inhacapetum vai muito além da apropriação do espaço, pois está relacionada ao fato da posse ser determinante para que o grupo conseguisse manter preservados seus hábitos, costumes, enfim, sua cultura. Os locais que são procurados e escolhidos pelos Guarani sempre estão relacionados com algum aspecto simbólico, que é o que condiciona sua sobrevivência. No caso de São Miguel, pode estar relacionado com as ruínas e com o passado vivido por seus antepassados.

Floriano reafirma que as terras permitiram melhorias significativas em especial para a plantação, que é um dos aspectos centrais da vida comunitária Guarani e que isto só foi possível depois de terem sua reivindicação por terras aceita pelo poder público municipal e estadual no período pesquisado. Porém, no final da entrevista, enfatiza que a melhora ainda é pouca frente às necessidades do grupo.

Após visitar a reserva e pelas entrevistas e o discurso dos Guarani, pode-se considerar que eles entenderam que a posse das terras e a permanência no Inhacapetum, no período analisado, era uma forma de desenvolvimento para a comunidade e pode-se dizer que alcançaram seus objetivos, embora hoje o grupo comece a despertar para outras necessidades.

Considerações finais

O fato de ver hoje, em São Miguel das Missões, índios com aparência de empobrecidos, dentro do Sítio Arqueológico, vendendo seu artesanato para turistas levou a questionar o tipo de turismo cultural que ocorre no local. No aspecto do acervo arquitetônico, tão enfatizado pelo município e pelo Estado, concluiu-se que a atividade é bem sucedida. Porém, o conceito de turismo cultural implica relacionamento humano, conhecimento do outro. A forma como comunidade Guarani encontra-se, ainda hoje, dentro do Sítio Arqueológico não demonstra que este contato esteja acontecendo.

Concluiu-se que, em São Miguel das Missões, o turismo traz efeitos para a economia dos Guarani e que estes efeitos podem ser classificados como diretos e indire-

tos. A venda do artesanato constitui o único momento em que o turista entra realmente em contato com os índios, numa relação marcada pela troca comercial e não para cumprir o papel que o conceito de turismo cultural engloba, pois não satisfaz a sua premissa da busca do conhecimento do modo de ser do outro indivíduo enquanto representante de uma cultura.

Concluiu-se, também, que o turismo cultural aparece como algo importante no imaginário dos índios, pois reconhecem que a atividade é um fator que possibilita para eles uma valorização daquilo que é seu. Hoje, o discurso dos Guarani salienta a importância da valorização por parte dos "brancos" de sua cultura e, esta valorização para eles vem através da atividade turística realizada no local, pois tanto o artesanato como o coral são aspectos de curiosidade para visitantes e sua comercialização tem um efeito direto na entrada de recursos financeiros para compra de alimentos e vestuário, conforme verificado nas visitas e entrevistas feitas na reserva. Como a venda do artesanato está diretamente relacionada com o turismo desenvolvido no município e é a única fonte de renda dos Guarani é perceptível a dificuldade que possuem para se manterem apenas com essa atividade.

Nas visitas feitas à reserva e pelas entrevistas efetuadas com a liderança Guarani, entendeu-se que eles consideram que a posse das terras e a permanência no Inhacapetum, no período analisado, foi uma forma de desenvolvimento e concluiu-se que o turismo teve, como efeito indireto, a posse das terras.

A situação vivida no município, amplamente divulgada pela mídia, mostrou a situação de abandono e precariedade dos Guarani contrastando com o patrimônio edificado e o projeto de turismo, considerado cultural.

A necessidade de terras que propiciassem uma forma de vida digna para os Guarani levou à sociedade civil a começar a dar alguma valorização para um povo que teve, historicamente, o seu direito à terra negado frente aos interesses fundiários e econômicos dos colonizadores.

Na reflexão feita sobre a teoria do desenvolvimento do turismo, sempre encontrou-se um discurso pontuado pelos aspectos sociais positivos que a atividade acaba

por propiciar, mas não foi constatado que, na prática, isso tenha ocorrido em São Miguel das Missões.

O que fez a diferença para alcançar o que os Guarani consideraram desenvolvimento foi a atuação das pessoas envolvidas no processo de inserção social e econômica da comunidade no local, em especial os funcionários do IPHAN e do Poder Público Municipal, responsáveis pela permanência dos Guarani nas terras do Inhacapetum, conforme a documentação encontrada até o presente momento.

Historicamente os Guarani não tiveram respaldo legal para permanência sobre terras e, a sua situação econômica foi determinada pela precariedade, vinculada ao local onde estavam inseridos. Percebeu-se, nas visitas feitas à reserva em São Miguel, que, após a ocupação da área do Inhacapetum os Guarani puderam ampliar suas atividades de subsistência, como o cultivo do milho, mandioca, batata-doce, melancia. Pode-se concluir que foi a partir da segurança em relação ao espaço ocupado, que possui recursos naturais adequados, que os Guarani Myba de São Miguel das Missões vivem hoje, mais de acordo com seus padrões culturais, padrões estes que permitiram o incremento de atividades econômicas e que viabilizam uma melhor qualidade de vida dentro dos recursos disponíveis no Inhacapetum.

A crítica que deve ser feita ao turismo 'cultural' desenvolvido em São Miguel das Missões está relacionada ao fato de não se poder mais admitir que os Guarani se coloquem na posição de esmoleiros e peçam, ainda hoje, um troquinho aos visitantes de um local que é Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade graças a seus antepassados, assim como não se pode admitir que os Guarani dancem e cantem em espetáculos em troca de remunerações praticamente simbólicas, mas não possam se sentar à mesa para comer com "os brancos", o que seria uma atividade de respeito à diversidade cultural e um veículo capaz de promover a cidadania.

Referências bibliográficas

- Ballart, Josep
1997 *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel

- Patrimônio Histórico.
- Barquero, Antonio Vázques
2001 *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Trad. Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística. UFRGS.
- Barreto, Margarita
2000 *Turismo e legado cultural: as possibilidades de planejamento*. Coleção Turismo. Campinas, SP: Papirus.
- Beni. Mario Carlos
2002 *Análise estrutural do turismo*. 7.ed. São Paulo: Editora SENAC.
- Bosi, Alfredo
1992 *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras.
- Garcia Canclini, Nestor
1982 *As culturas populares no capitalismo*. Tradução Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense.
- Cavaco, Carminda.
2001 "Turismo rural e desenvolvimento local." In: Rodrigues, Adyr Balasterri. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais* (org). 3.ed. São Paulo: Hucitec.
- Garlet, Ivori; Assis, Valéria S. de
1998 "Diagnóstico da população Mbyá-Guarani no Sul do Brasil." In: *Cadernos do COMIN*, v. 7, São Leopoldo RS: Conselho de Missão entre Índios- COMIN.
- Gastal, Susana
2001 "Turismo & cultura: por uma relação sem dilettantismos". In: Gastal, Susana (org.). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. 3.ed. Porto alegre: EDIPUCRS, p. 117 – 130.
- Irving, Marta de Azevedo; Azevedo, Julia
2002 *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.
- Kern, Arno Alvarez
1994 *Utopias e missões jesuíticas*. 1. ed. Porto Alegre, RS: Ed.da Universidade /UFRGS.
- Krippendorf, Jost
2001 *Sociología do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 2. ed. São Paulo: Aleph.
- Melendez U., Ledy Anaida
2001 "Revitalización de la cultura a través del turismo: las fiestas tradicionais como recurso del turismo cultural." In: *Revisita Turismo em Análise*. São Paulo: USP, 12(2): 43-59.
- Verbetes Guarani
- 2005 *Encyclopédia dos povos indígenas*. On line. Disponível <http://www.socioambiental.org/pib/epi/guaranimbya/mbya.shtml>.

Notas

¹ Este artigo é parte da dissertação de Mestrado defendida em maio de 2006 no programa de mestrado da Universidade de Caxias do Sul – Brasil – RS. Orientadora: Margarita Barreto. Professora da Universidade de Caxias do Sul. Doutora em Educação pela UNICAMP. E-mail: barreto@floripaturbo.com.br

² Prova da importância da relação espacial dos Guarani com a mata é que estão se suicidando no estado do Mato Grosso por causa do desmatamento ocorrido nas últimas décadas no local.

³ O termo é utilizado para designar a sociedade dominante ou sociedade miguelina no sentido dado pelos índios a esta sociedade.

Recibido: 27 de septiembre de 2006
Revisado: 7 de mayo de 2007
Aceptado: 30 de mayo de 2007
Sometido a evaluación por pares anónimos